

Impostos diferidos: Uma ferramenta de manipulação de resultados?

Dissertação de Mestrado

Alexandre Miguel Medeiros Moniz

Mestrado em

Ciências Económicas e Empresariais



Impostos diferidos: Uma ferramenta de manipulação de resultados?

Dissertação de Mestrado

Alexandre Miguel Medeiros Moniz

Orientadores

Prof. Doutor Gualter Manuel Medeiros do Couto

Prof. Doutor Pedro Miguel Silva Gonçalves Pimentel

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Ciências Económicas e Empresariais, com especialização em Finanças e Contabilidade



RESUMO

Através do reconhecimento dos impostos diferidos, as empresas têm a possibilidade de apresentar um resultado líquido do período diferente, apresentando um nível de lucro que possibilita uma redução do imposto a pagar, podendo alterar a conceção dos utilizadores das demonstrações financeiras no sentido de uma melhoria no resultado divulgado.

Este trabalho tem o intuito de compreender se de facto o reconhecimento dos ativos por impostos diferidos melhora os resultados apresentados por uma empresa, conjugando com o impacto da crise mundial financeira de 2008.

Para a realização deste estudo empírico, utiliza-se uma amostra de 29 empresas cotadas em bolsa sediadas em Portugal para o período de 2007 a 2012.

Esta dissertação conclui que o rácio da autonomia financeira possui uma correlação negativa com o reconhecimento de ativos por impostos diferidos. Em relação aos rácios de endividamento, da rentabilidade dos capitais próprios e a dimensão da entidade detêm uma correlação positiva.

Utilizando uma regressão linear múltipla, é confirmada novamente a correlação negativa do rácio de autonomia financeira. Relativamente às restantes variáveis quando conjugadas entre si, apresentam correlações negativas. Uma possível justificação prende-se pelo facto da amostra ser reduzida face à dimensão de empresas cotadas com sede em Portugal e não ser possível extrapolar este estudo para a realidade de outros países.

Para analisar o impacto da crise (antes/depois), é introduzida uma variável dicotómica ao modelo anterior referido, não sendo possível concluir estatisticamente que o impacto da crise financeira mundial tenha contribuído para o reconhecimento de ativos por impostos diferidos.

Com esta dissertação é possível compreender que o reconhecimento de ativos por impostos diferidos, pode manipular os indicadores financeiros e económicos, e ainda contribuir para uma alteração no resultado líquido do período divulgado, uma vez que o lucro tributável é reduzido, liquidando menos imposto.

Palavras-chave: Impostos; Diferidos; Manipulação; Resultados

ABSTRACT

Through the recognition of deferred taxes, companies have the possibility of presenting a different net income for the period, presenting a level of profit that allows a reduction of the tax payable, being able to change the conception of the users of the financial statements in the sense of an improvement in the dissemination of the result.

This work aims to understand if in fact the recognition of assets by deferred taxes improves the results presented by a company, conjugating with the impact of the global financial crisis of 2008.

To carry out this empirical study, a sample of 29 companies is used listed on stock exchanges based in Portugal for the period from 2007 to 2012.

This dissertation concludes that the financial autonomy ratio has a correlation negative with the recognition of deferred tax assets. In relation to debt ratios, return on equity and the size of the entity have a positive correlation.

Using a multiple linear regression, the negative correlation of the financial autonomy ratio is confirmed once again. Regarding the remaining variables, when combined, they present negative correlations. A possible justification is the fact that the sample is reduced in relation to the size of listed companies based in Portugal and it is not possible to extrapolate this study to the reality of other countries.

To analyse the impact of the crisis (before/after), a dichotomous variable is introduced to the previous model mentioned, it is not possible to statistically conclude that the impact of the global financial crisis has contributed to the recognition of deferred tax assets.

With this dissertation it is possible to understand that the recognition of assets by deferred taxes, can manipulate financial and economic indicators, and contribute to a change in net income for the period disclosed, since taxable income is reduced, paying less tax.

Keywords: Taxes; Deferred; Manipulation; Results

AGRADECIMENTOS

A concretização da presente dissertação encerra mais uma etapa do meu percurso académico. Tendo sido um caminho com percalços mas que foi possível a sua conclusão com palavras de apoio provenientes das pessoas que me são próximas e que sempre acreditaram em mim.

Em primeira instância, quero agradecer aos meus orientadores Prof. Doutor Gualter Manuel Medeiros do Couto e Prof. Pedro Miguel Silva Gonçalves Pimentel por terem aceitado o meu pedido de orientação, pela sua prontidão nas suas correções e pelo apoio na programação para a realização dos estudos empíricos.

Agradeço também ao Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade de Lisboa pela disponibilização da base de dados.

Um agradecimento especial à minha colega Tânia Raposo pelo apoio e dicas facultadas durante o decurso do trabalho.

Por fim, não poderia de deixar de expressar a minha gratidão à minha noiva e à minha família por todas as palavras de apoio e pela motivação transmitida que foram fundamentais para a conclusão desta dissertação.

A todos um muito obrigado.

ÍNDICE

RESUMO	i
ABSTRACT	ii
AGRADECIMENTOS	iii
LISTA DE TABELAS	v
LISTA DE FIGURAS	vi
LISTA DE ABREVIATURAS.....	vii
CAPÍTULO I - INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO II – REVISÃO DE LITERATURA	2
2.1 Definição de manipulação	2
2.2 Teorias para manipulação.....	4
2.3 Incentivos e motivações para a manipulação	4
2.4 Enquadramento dos impostos diferidos no Sistema de Normalização Contabilística.....	5
2.5 Utilização de impostos diferidos na manipulação	9
CAPÍTULO III – METODOLOGIA.....	13
3.1 Hipótese de investigação	13
3.2 Definição das variáveis do estudo	14
CAPÍTULO IV – ESTUDO EMPÍRICO	16
4.1 Seleção e caracterização da amostra	16
4.2 Análise e discussão de resultados.....	19
CAPÍTULO V – CONCLUSÕES	25
REFERÊNCIAS.....	28

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Designação da entidade mediante dimensão.....	6
Tabela 2 – Exemplos de diferenças temporárias.....	8
Tabela 3 – Empresas excluídas da amostra.....	17
Tabela 4 – Identificação da amostra.....	18
Tabela 5 – Estatística descritiva.....	20
Tabela 6 – Teste de aderência à normalidade.....	20
Tabela 7 – Correlação de <i>Spearman</i>	21
Tabela 8 – Regressão linear.....	22
Tabela 9 – Regressão linear com variável dicotómica.....	24

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Estrutura Setorial da amostra.....	18
Figura 2. Grupo da indústria.....	19

LISTA DE ABREVIATURAS

SNC – Sistema de normalização contabilística

POC – Plano oficial de contabilidade

NCRF – Norma de relato financeiro

IAS – *Internacional financial reporting standarts*

IRC – Imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas

CAPÍTULO I - INTRODUÇÃO

Numa realidade empresarial em que os gestores tomam decisões venerando a discricionariedade das normas contabilísticas implementadas em Portugal, surge a necessidade de compreender de que forma a divulgação das demonstrações financeiras e os rácios financeiros e económicos traduzem a realidade da empresa, podendo trazer consequências nas opiniões dos utilizadores das mesmas.

Surge, assim, este estudo, com o intuito de compreender de que forma os ativos por impostos diferidos poderão manusear os resultados de uma empresa, distorcendo os rácios económicos e financeiros, analisando diversas literaturas sobre a temática de outros autores, apurando quais são os motivos para a manipulação e os fatores explicativos para a utilização de ativos por impostos diferidos, correlacionando estes dois conceitos.

Pretende-se recolher uma amostragem de empresas cotadas em bolsa sediadas em Portugal e compreender se existe correlação entre os ativos por impostos diferidos com os rácios de autonomia financeira, endividamento, rendibilidade de capitais próprios e a dimensão da entidade.

Posteriormente, elabora-se um modelo de regressão linear múltipla para aferir se estas variáveis possuem poder explicativo e de que forma contribuem para os ativos por impostos diferidos.

Por fim, introduz-se ao modelo anteriormente referido uma nova variável dicotómica para que se possa aferir o impacto nos ativos por impostos diferidos entre o período antes e depois da crise mundial de 2008.

Relativamente à estrutura do trabalho, a sua organização é constituída da seguinte forma: o capítulo II compreende uma revisão da literatura sobre a definição e incentivos/motivações para a manipulação de resultados, definição de impostos diferidos e o seu enquadramento no normativo contabilístico e compreender a relação entre impostos diferidos com a manipulação de resultados. O capítulo III descreve a metodologia utilizada, indicando o modelo e as suas variáveis. No capítulo IV são apresentados os dados que utilizados no estudo empírico e a apresentação dos resultados. Por fim, no capítulo V são apresentadas as considerações finais, limitações do estudo e sugestões para um novo trabalho sobre este tema.

CAPÍTULO II – REVISÃO DE LITERATURA

Neste capítulo pretende-se estudar alguns conceitos importantes subjacentes à temática em estudo. Também são abordadas as teorias que desencadearam a definição do conceito de «manipulação de resultados» e quais são as motivações que promovem a sua execução. Posteriormente, pretende-se definir o que é entendido por «impostos diferidos», perceber o seu enquadramento no normativo português e analisar alguns estudos em que testam a correlação de imposto diferido com manipulação de resultados.

2.1 Definição de manipulação

Na revisão da literatura, existe uma imensidão de definições para a manipulação de resultados ou “*earnings management*”, existindo conceitos que vieram provenientes de duas definições, em que uma que surgiu em 1989 por Schipper e outra que surgiu mais tarde, em 1999, elaborada por Healy e Wahlen.

Numa fase inicial, a manipulação de resultados era entendida como uma interposição propositada, isto é, sem carácter neutro, na preparação e reporte das demonstrações financeiras para que haja retorno de benefício próprio, através de decisões e escolhas de critérios/ políticas contabilísticas, melhorando o resultado e aproximando-se do que é pretendido para a empresa (Schipper, 1989).

Por outro lado, definiram o conceito de manipulação de resultados de forma direta, como sendo “Manipulação de resultados ocorre quando os gestores utilizam o julgamento profissional no reporte financeiro e na estrutura das transações para alterar o reporte financeiro para induzir em erro algumas partes interessadas sobre o desempenho económico subjacente da empresa, ou para influenciar os resultados de contratos que dependem dos números contabilísticos reportados” (Healy e Wahlen, 1999).

Para Carmo (2013), estas definições apresentam a manipulação como uma prática que reflete a aplicação da discricionariedade do gestor, dentro da flexibilidade proporcionada pelas normas contabilísticas mas com carácter oportunista, obtendo assim um benefício para o gestor ou para a empresa. Esta autora refere ainda que a manipulação traduz uma prática que diminui a qualidade da informação financeira.

A manipulação de resultados parte de práticas operacionais normais motivadas pelo desejo de conseguirem que os *stakeholders* (interessados nas demonstrações financeiras) acreditem que certos objetivos de reporte foram atingidos, mesmo que não tenham sido.

Estas práticas não aumentam nem contribuem para o aumento do valor da empresa, apenas demonstram o alcance de objetivos de reporte atingidos (Roychowdhury, 2006).

Mais tarde, é publicado um artigo que denomina a manipulação, como normalmente sendo uma inflação artificial nas receitas ou uma deflação das despesas. Através de um estudo empírico, concluiu-se que a escolha do critério contabilístico é decidida conforme a divulgação pretendida pelos seus utilizadores das demonstrações financeiras (Beneish, 1999).

Podemos entender o conceito de manipulação de resultados, quando uma empresa escolhe o tratamento mais favorável entre as abordagens permitidas ou por uma área em que a sua regulamentação, não se encontra bem definida e atuam sem «fugir» às normas contabilísticas (Amat, 2003).

O conceito manipulação de resultados, não se deve afastar da expressão anglo-saxónica «*earnings management*», isto é, gestão de resultados. A manipulação dos resultados, tem uma conotação negativa associada por se tratar de um ato fraudulento (Moreira, 2008). Este mesmo autor, enfatiza que, dentro do conceito manipulação de resultados, existem situações fraudulentas, mas que por sua vez, também existem casos que derivam da flexibilidade permitida pelas normas contabilísticas.

Os autores Stolowy e Breton (2004), fizeram referência às questões de ilegalidade e atos fraudulentos, afirmando que a manipulação de resultados deverá ser considerada fraudulenta, quando esta for contrária à lei ou ao normativo contabilístico.

Para Marques e Rodrigues (2009), não existe uma definição consensual sobre a manipulação de resultados de contas, sendo adotadas diferentes expressões para descrever o mesmo fenómeno como sejam «*earnings management, accounts manipulation, creative accounting e financial numbers game*».

Para Ronen e Yaari (2008), a análise ao conceito de manipulação de resultados poderá entendida por três perspetivas diferentes, sendo estas:

- 1) Perspetiva clara, sendo uma forma de aproveitamento da flexibilidade constante nas práticas contabilísticas para indicar a informação dos gestores sobre os futuros fluxos de caixa da empresa;
- 2) Perspetiva cinzenta, definida por escolhas oportunistas, que maximizam a utilidade dos gestores (economicamente eficientes);
- 3) Perspetiva opaca, assente na prática de truques para adulterar ou reduzir a transparência das demonstrações financeiras.

Em suma, a manipulação de resultados é entendida como uma seleção de critérios para a preparação das demonstrações financeiras com a finalidade benefício próprio, sendo uma gestão oportunista que deriva da flexibilidade das normas contabilísticas ou de uma ação fraudulenta.

2.2 Teorias para manipulação

Nos anos 60 não existia qualquer estudo com evidências empíricas e com testes de hipóteses sobre manipulação de resultados. Os primeiros estudos sobre a manipulação de resultados começaram a surgir em meados da década de 70 com a introdução de conceitos como «Teoria da Agência» e «Teoria Positiva da Contabilidade».

Em 1976, é introduzido o tema de conflitos existentes entre os acionistas e os gestores de uma entidade, por possuírem visões e objetivos diferentes perante o trabalho. De forma a minimizar esta questão, é formalizada a «Teoria da Agência». Para que o gestor partilhe os mesmos interesses que o acionista, esta teoria defende contratos baseados no comportamento e no resultado (Jensen e Mecking, 1976).

Posteriormente, foi publicado um artigo, em que criaram uma teoria denominada de «Teoria Positiva da Contabilidade», que faz referência para as escolhas contabilísticas com o intuito para benefício próprio do gestor e da empresa. Também há a introdução ao tema de incentivos contratuais (contratos remuneratórios), que afetam os critérios da sua contabilização, efetuando as decisões com vista no bônus para os gestores (Watts e Zimmerman, 1978).

Em 1994, também foi elaborado um estudo que concluiu que os contabilistas alteram as políticas da contabilidade para contornar restrições encontradas nos contratos de dívida, de forma a melhorar o resultado da empresa (Sweeney, 1994).

Estas teorias partilham de algo em comum, uma vez que indicam que subsiste conflitos de interesse e fatores que influenciam as decisões contabilísticas.

2.3 Incentivos e motivações para a manipulação

Na maioria dos casos a manipulação de resultados é explicada pelo benefício de servir o interesse do gestor. O benefício em causa poderá resultar do seu “bom” desempenho.

Através de uma revisão literária, deduz-se que existem várias referências que abordam este tema, mas todas estas vão de encontro com as três motivações-base para a manipulação de resultados que são citadas por Healy e Wahlen (1999), ou seja:

- Incentivos relacionados com o mercado de capitais: a manipulação tem o intuito de influenciar investidores (deturpando a sua avaliação) que detenham uma percentagem elevada investida de ações na empresa, gerando maior expectativa, atraindo investimento e influenciando as expectativas do mercado;
- Incentivos contratuais: no sentido de regular e controlar os contratos entre a empresa e os interessados nas demonstrações financeiras. Dada a relação existente entre o contrato de remuneração dos gestores e os resultados apresentados pela empresa, são ajustados, assim, os objetivos dos interessados. Também poderá ser um instrumento de violação de cláusulas de contratos de dívida.
- Incentivos legais, políticos e de regulamentação: o ambiente legal pode influenciar a sua manipulação. Como a informação financeira é do interesse do órgão do regulador, perfaz um incentivo para gerir as variáveis que compõem as demonstrações financeiras.

No contexto português, a manipulação de resultados deriva da sua conjuntura legal e económica. Como em Portugal existe uma grande dominância de pequenas e médias empresas, as competências entre a gestão e a propriedade possuem dúvidas na sua definição. Por outro lado, a contabilidade e a fiscalidade, estão interligadas e é com base nas demonstrações financeiras que é apurado o valor do imposto sobre o rendimento. Moreira (2008), refere que o capital alheio é obtido quase exclusivamente de entidades bancárias.

2.4 Enquadramento dos impostos diferidos no Sistema de Normalização Contabilística

Com a aprovação do Decreto-Lei n.º 158/2009, o Sistema de Normalização Contabilística (SNC) entrou em vigor a 1 de janeiro de 2010, revogando, assim, o anterior Plano Oficial de Contabilidade (POC).

Com a Diretriz Contabilística n.º 28 – Imposto sobre o Rendimento, deu-se início à contabilização de impostos diferidos em Portugal, baseada pela IAS (*internacional financial reporting standarts*) 12 (na vigência do POC). O seu tratamento está contemplado na Diretriz Contabilística n.º 28.

Com a entrada deste novo normativo, passou a ser a NCRF (norma de relato financeiro) 25 - Impostos sobre o Rendimento, a regular a contabilização dos impostos

diferidos, tendo um papel crucial na conciliação entre os resultados contabilísticos e os fiscais.

Esta mesma norma tem por base a IAS 12 (*Income Taxes*), tendo sido implementada na União Europeia pelo regulamento n.º 1126/2008 da Comissão Europeia. No caso de haver lacunas na NCRF-25, para a sua resolução recorre-se às IAS.

As empresas sujeitas ao SNC, mediante a sua dimensão, podem seguir o conjunto completo de Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF), a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE) ou a Normalização Contabilística para Microentidades (NC-ME).

Estes dois últimos normativos mencionados referem que o seu método de contabilização do imposto sobre o rendimento seja a pagar excetuando no caso de na NCRF-PE se tratar de um modelo de revalorização de ativos fixos tangíveis, que neste caso terá de ser tratado conforme a NCRF n.º 25.

Com o Decreto-Lei n.º 98/2015, as entidades podem ser classificadas à data do balanço, quando não ultrapassem dois dos três limites seguintes, conforme tabela 1:

Tabela 1 - Designação da entidade mediante dimensão

Microentidades	<ul style="list-style-type: none"> • Total do Balanço: € 350.000; • Volume de negócios líquido: €700.000; • Número médio de empregados durante o período: 10.
Pequenas entidades	<ul style="list-style-type: none"> • Total do Balanço: €4.000.000; • Volume de negócios líquido: €8.000.000; • Número médio de empregados durante o período: 50.
Médias entidades	<ul style="list-style-type: none"> • Total do Balanço: € 20.000.000; • Volume de negócios líquidos: €40.000.000; • Número médio de empregados durante o período: 250.

Considera-se uma grande entidade aquelas que ultrapassaram dois dos três limites referidos na tabela 1.

Segundo a NCRF n.º 25, impostos diferidos são consequências fiscais futuras, em termos de liquidação superior ou inferior de imposto, associado a:

- i. Recuperação/ liquidação da quantia escriturada de ativos/passivos;
- ii. Transações e outros acontecimentos no período.

A entidade deve reconhecer ativo/ passivo por impostos diferidos se for provável a recuperação ou liquidação daquela quantia escriturada ou ocorrência de determinado acontecimento no período, que implique pagamentos futuros maiores/menores do que existiriam se tais recuperações, liquidações ou acontecimentos não possuíssem consequências fiscais.

Segundo a NCRF n.º 25, os ativos por impostos diferidos são quantias de impostos sobre o rendimento, recuperáveis em períodos futuros, respeitantes a:

- i. Diferenças temporárias dedutíveis;
- ii. Reporte de prejuízos fiscais não utilizados;
- iii. Reporte de créditos tributáveis não utilizados.

No caso de ser passivos por impostos diferidos, estes definem-se como quantias de impostos sobre o rendimento pagáveis em períodos futuros com respeito a diferenças temporárias tributáveis.

Os impostos sobre o rendimento são calculados de acordo com as regras fiscais (em Portugal, de acordo com as disposições do Código do IRC – imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas), surgindo assim uma problemática na sua contabilização, uma vez que diferem das regras contabilísticas, podem originar diferenças (Rodrigues, 2016):

- A nível do reconhecimento das transações e eventos;
- A nível da mensuração das transações e eventos;
- A nível da consolidação de contas.

Essas diferenças originam um resultado tributável diferente dos resultados antes de impostos, podendo classificar-se como:

- Diferenças permanentes: sempre que estamos perante um gasto ou rendimento que não relevam para fins fiscais a título definitivo (vg. despesas confidenciais, multas, coimas, benefícios fiscais, entre outras);
- Diferenças temporárias: quando um gasto ou rendimento não revelam para fins fiscais no exercício, mas terão implicações futuras, ou seja, serão aceites ou

tributáveis em exercícios futuros e, portanto, a diferença entre a contabilidade e a fiscalidade é temporária.

Assim, as diferenças temporárias implicam o reconhecimento de ativos por impostos em diferenças temporárias dedutíveis e passivos por impostos diferidos em diferenças temporárias tributáveis.

Na tabela 2, são demonstrados alguns exemplos das diferenças temporárias mencionadas no parágrafo anterior:

Tabela 2 - Exemplos de diferenças temporárias

Diferenças temporárias dedutíveis	Diferenças temporárias tributáveis
<ul style="list-style-type: none"> • Perdas por imparidade em ativos fixos tangíveis e em ativos intangíveis; • Perdas por redução do justo valor em propriedades de investimento ou ativos fixos tangíveis; • Depreciações superiores às aceites para fins fiscais, mas que serão aceites no futuro; • Perdas por imparidade de contas a receber e de inventários que apenas cumpram os critérios do Código do IRC no futuro; • Provisões para garantias em excesso ao critério fiscal; • Provisões para contratos onerosos, reestruturações, processos judiciais e investimentos financeiros; • Prejuízos fiscais disponíveis para utilização; • Créditos fiscais disponíveis para utilização; • Rédito nas vendas mensurado a justo valor e tributado a valor nominal; • Ajustamentos de transição para o SNC. 	<ul style="list-style-type: none"> • Ganhos por aumento do justo valor em propriedades de investimento; • Revalorizações de ativos fixos tangíveis que serão tributados em períodos futuros, ou pelo seu uso (depreciação) ou pela sua venda; • Despesas com projetos de desenvolvimento consideradas como gasto fiscal que sejam contabilizadas como ativo intangível; • Subsídios com reconhecimentos no capital próprio e que serão tributados em períodos futuros; • Ajustamentos de transição para o SNC.

2.5 Utilização de impostos diferidos na manipulação

Com o progresso da revisão de literatura nesta temática de manipulação de resultados através dos impostos diferidos, surgiram diversos estudos que correlacionam estes mesmos conceitos.

Existem estudos que comprovam a evidência da existência de gestores que, através de uma gestão oportunista, utilizam impostos diferidos para melhorar os indicadores de alavancagem, influenciando rácios de endividamento e manipulando nomeadamente o balanço contabilístico das empresas (Gordon e Joos, 2004).

Também há estudos que confirmam a utilização de impostos diferidos para o alisamento de resultado, em que a variável «rácio de alavancagem de capital» explica o aumento da utilização de impostos diferidos (Holland e Jackson, 2004).

Para Kumar e Visvanathan (2003), o reconhecimento de ativo por imposto diferido, é uma forma de transmitir expectativas de lucros aos acionistas, o que poderá não ser realizado.

No seguimento de estudos efetuados nos Estados Unidos, em que foi descoberto que a utilização de passivos por impostos diferidos contribuía para evitar um declínio nas receitas, na Malásia foi elaborado um estudo, em que se analisa se as empresas públicas utilizam impostos diferidos para evitar a descida de ganhos. Concluiu-se que há evidências da utilização de impostos diferidos para reduzir a perda de ganhos, com o diferimento das suas obrigações fiscais para anos futuros (Kasipillai e Mahenthiran, 2013).

Também em 2013, obteve-se evidência na correlação negativa entre ativos por impostos diferidos e o rácio de autonomia financeira, ou seja, quanto menor o rácio de autonomia financeira, maior a utilização de ativos por impostos diferidos. Este mesmo estudo confirmou a existência de uma correlação positiva entre a dimensão das empresas e os ativos por impostos diferidos. A dívida financeira total e a variável resultados antes de imposto apresentaram de igual forma uma relação negativa. (Almeida, 2013).

Tarigan (2019) analisou uma amostra de empresas do setor automóvel na Indonésia, referente aos anos entre 2006 e 2018, retirada da «*Bursa Efek Indonesia (BEI)*». O autor procurou estudar a influência dos passivos por impostos diferidos nos ganhos da gestão em empresas do setor automóvel, utilizando o rácio constituído pelo quociente entre passivos por impostos diferidos e o total do ativo da empresa. Concluiu que não existe uma influência significativa do passivo por impostos diferidos na gestão para ganhos.

No Egito, com uma amostragem de 127 empresas entre 2012 e 2018, foi elaborado um estudo em que relaciona o efeito do imposto diferido com o imposto sobre o rendimento e o planeamento tributário para a manipulação de resultados. Com as variáveis como a dimensão da entidade, alavancagem com rácio de dívida sobre capital próprio, rácio da liquidez e performance da empresa (quociente entre lucro e ações), concluiu assim que o planeamento de imposto e o imposto líquido diferido de financiamentos são usados para manipular os lucros, suportando a teoria de agência e da contabilidade positiva, em que os gestores podem usar práticas para afetar os lucros. (Salah, 2019).

Um estudo realizado por Meiryani e colaboradores (2021) procurou averiguar o efeito do passivo por impostos diferidos na manipulação de resultados em entidades bancárias registadas na bolsa de valores da Indonésia. Neste intuito, utilizaram uma amostra de um total de 40 entidades bancárias através dos relatórios que estas disponibilizaram online (Internet Data Exchange - IDX). Os resultados deste estudo indicam que os passivos por impostos diferidos não afetam, de forma significativa, a manipulação de resultados em entidades bancárias. Os autores acrescentam que os impostos sobre o rendimento têm um efeito negativo na manipulação de resultados. Desta forma, não é expectável que se alcancem lucros líquidos em casos onde se verifique um incremento na carga fiscal no setor bancário. (Fernando et al., 2021).

Na China, um estudo realizado no Centro de pesquisa económica para o período entre 2009 a 2015, foi desenvolvido um método mais prático de mensurar manipulação de resultados usando impostos diferidos, partindo do pressuposto que os impostos diferidos na China têm três principais componentes: impostos e diferenças temporárias de depreciação; perdas por imparidade e perdas anteriores que podem ser dedutíveis por 5 anos. Com estas variáveis, conceberam assim o modelo para o dito estudo. (Wang et al., 2016).

Foi realizado um estudo efetuado no Brasil sobre fatores explicativos do reconhecimento de ativos por impostos diferidos, em que foram analisadas demonstrações financeiras, de empresas cotadas em bolsa na “BMF&BOVESPA”, do ramo agronegócio para o período de 2001 a 2010. Para a sua realização, utilizou variáveis explicativas: dimensão da empresa, rácios de rendibilidade, nível de endividamento, rácio de liquidez geral e o efeito da alavanca económica. Este estudo concluiu que a rendibilidade, lucratividade e endividamento, não foram determinantes para o reconhecimento mas sim a dimensão da entidade. (Anceles, 2012).

Outro estudo nesse mesmo país, Konbrauar et al. (2011), analisaram empresas cotadas na *BOVESPA*, no ramo agronegócio de igual forma e para o período entre 2005 a 2009, concluindo que reconhecem mais ativos por impostos diferidos as empresas com menor liquidez, menor rentabilidade de capitais próprios e faturação.

Em uma outra análise composta por 61 empresas no Brasil pertencentes ao *BM & FBOVESPA*, para o período compreendido de 2009 a 2014, concluiu que o endividamento das empresas apresentou uma correlação positiva com ativos por impostos diferidos. A rentabilidade financeira, de igual forma positiva, contrariando as revisões anteriores feitas pelos autores. A dimensão (logaritmo natural do ativo total) apresentou uma relação negativa, afirmando que empresas menores são mais propensas a reconhecer um valor maior de ativo por imposto diferido, procurando aumentar o seu ativo. (Schuh et al., 2016)

No que concerne à União Europeia, efetuaram um estudo, com uma amostragem de 844 entidades situadas em 15 países na Europa, que consistiu em analisar a afetação da manipulação de resultados nas empresas com a crise financeira de 2008. Chegaram assim à conclusão de que apesar de expectável que existisse mais motivações para originar a manipulação, na realidade decresceu a distorção da informação financeira. Este facto é justificado com o aumento da qualidade dos relatórios financeiros e da qualidade da auditoria. Portanto, com o impacto da crise de 2008, reduziu-se a manipulação de resultados (Cimini, 2014).

Rojas et al. (2010) elaborou um estudo empírico com base em 124 empresas cotadas na bolsa de Espanha para o período de 1999 a 2001, concluindo que empresas com endividamento mais alto e menor liquidez, apresentam maior tendência para o reconhecimento de ativos por impostos diferidos. Estes também concluíram que empresas com maiores índices de rentabilidade, tinham mais propensão para o reconhecimento de passivos por impostos diferidos.

Em Portugal, existe evidência de que as empresas sem ativos mobiliários cotados em bolsa utilizam impostos diferidos para manipular o resultado líquido do período, no sentido ascendente e que as empresas mais dependentes de financiamento bancário procuraram diminuir o seu imposto diferido, melhorando, assim, o seu resultado líquido (Santos, 2016).

Na dissertação de mestrado de Malic (2015), concluiu que existe uma associação positiva entre o valor reconhecido em ativos por impostos diferidos e a rentabilidade dos capitais próprios.

Um estudo elaborado por Fonseca (2011), em que testa 10 empresas com contabilidade sediada em Portugal para o período 2010, conclui que o reconhecimento de ativos por impostos diferidos tem impacto positivo na estrutura financeira, melhorando a capacidade da empresa solver compromissos, e assim, melhorando a autonomia financeira, isto é, a capacidade de financiar o seu ativo através de capitais próprios.

Em suma, neste segundo capítulo verifica-se que existe diversos estudos que apontam no sentido de existir uma correlação positiva entre a manipulação de resultados e a utilização de impostos de diferidos, de forma a melhorar rácios e para o alisamento de resultados.

CAPÍTULO III – METODOLOGIA

Com base no que foi possível apurar no enquadramento teórico, no presente capítulo pretende-se apresentar e discutir o método de análise a adotar neste estudo e demonstrar a base utilizada para o estudo empírico, nomeadamente: a estatística descritiva, o modelo de correlação de *Spearman* e a regressão linear.

O objetivo deste estudo é averiguar a existência de manipulação dos resultados com recurso aos impostos diferidos em empresas cotadas em bolsa, com contas consolidadas, sediadas em Portugal.

3.1 Hipótese de investigação

No capítulo 2, são explanados diversos estudos que corroboram a ideia de que é possível manipular resultados utilizando ativos ou passivos por impostos diferidos. Recorde-se que Gordon e Joos (2004), comprovaram a evidência que os impostos diferidos foram utilizados com a intenção de melhorar os indicadores de alavancagem e os rácios de endividamento, melhorando, assim, o balanço nas demonstrações financeiras.

Neste sentido, e reforçando a ideia, Almeida (2013), similarmente, afirma que existe uma correlação negativa entre impostos diferidos e o rácio de autonomia financeira. Este mesmo autor referiu que foram as empresas que apresentaram maiores dificuldades económicas as que reconheceram mais ativos por impostos diferidos.

Como anteriormente referido, Cimini (2014) concluiu que apesar do efeito da crise de 2008 pudesse ser teoricamente motivo para manipular resultados, na verdade, existe uma diminuição nas distorções financeiras.

Conforme o concluído por Malic (2015), existe uma correlação positiva entre o montante reconhecido em ativos por impostos diferidos e a rendibilidade dos capitais próprios.

Em Portugal, Santos (2016), concluiu através da sua análise, que as empresas sem ativos mobiliários cotados em bolsa utilizam impostos diferidos para manipular o resultado líquido do período, no sentido ascendente e que as empresas mais dependentes de financiamento bancário procuraram diminuir o seu imposto diferido.

No sentido de alcançar uma resposta, elabora-se as seguintes hipóteses:

H₀: Existe manipulação de resultados através do recurso aos impostos diferidos

H₁: Não existe evidência da existência da manipulação de resultados através do recurso aos impostos diferidos

3.2 Definição das variáveis do estudo

$$AID = a + b \times AF + c \times END + d \times RCP \quad (1)$$

Com base na hipótese de investigação formulada, enumeram-se as seguintes variáveis:

- Variável dependente: Ativos por impostos diferidos (AID) contabilizados no ano, resultante do quociente entre a rubrica no balanço do ativo por imposto diferido e o ativo total desse mesmo período. Através deste rácio, poderá quantificar-se o peso da rubrica de ativos por impostos diferidos no ativo total da entidade.
- Variáveis explicativas:
 1. Rácio de autonomia financeira (AF)

Este indicador é obtido através do quociente entre os capitais próprios e o ativo líquido, refletindo qual a percentagem do capital próprio que serve para financiar a atividade de uma empresa. Este rácio permite verificar a solidez financeira. Quanto menor for o rácio, maior o risco e maior dependência de capitais alheios e, inversamente, quanto maior o rácio, maior estabilidade financeira;
 2. Indicador de endividamento (END)

Rácio obtido através do quociente entre passivo total e o valor total dos ativos, para medir a proporção das dívidas em relação aos ativos que não foram financiados por terceiros, ou seja, a percentagem de capital alheio utilizada no financiamento da entidade. Este rácio de endividamento é um indicador para avaliar o risco de incumprimento do serviço de dívida por parte da empresa;
 3. Rácio de rendibilidade dos capitais próprios (RCP)

Indicador económico que mede a capacidade de os capitais próprios da empresa gerarem retorno financeiro, por outras palavras, avalia a eficiência e a capacidade dos investimentos dos detentores de capital da empresa em termos de resultados financeiros. O cálculo é formado através do quociente entre resultado líquido e o capitais próprios do período.
- Variável de controlo:
 1. É elaborada uma comparação homóloga para os anos de 2007 a 2012, de forma a compreender o impacto da crise financeira na utilização de impostos diferidos, num período anterior e posterior, analisando a sua

variância e, assim, concluir sobre o seu contributo (ANO). Este período selecionado tem por base o estudo referido anteriormente de Cimini (2014), que na sua avaliação sobre o impacto da crise de 2008, utilizou um período entre 2006 a 2012;

2. Dimensão da entidade (LNAT)

Para apurar a dimensão da empresa, o indicador mais utilizado na revisão da literatura é o total dos ativos. Para obter uma análise percentual, é utilizado o logaritmo natural do total do ativo das empresas. Assim, é possível aferir com exatidão o impacto na variável dependente perante uma variação de 1% no ativo da entidade.

Com base na revisão da literatura, é expectável que as variáveis indicadoras de endividamento e a dimensão da entidade possuam uma relação positiva com a variável dependente (ativos por impostos diferidos). Contrariamente ao referido anteriormente, é esperada uma relação negativa entre as variáveis: indicador de rendibilidade, indicador de autonomia financeira e o período temporal.

CAPÍTULO IV – ESTUDO EMPÍRICO

Este capítulo é dedicado à análise e discussão dos resultados com base nos métodos descritos no capítulo anterior. Numa primeira instância é demonstrado os resultados dos métodos desenvolvidos.

Posteriormente, é elaborada uma análise dos resultados e a sua devida interpretação, para que se possa concluir o tema em estudo, sendo esta, a manipulação através de impostos diferidos.

4.1 Seleção e caracterização da amostra

Como referido anteriormente, a amostra utilizada é recolhida através do *Refinitiv Datastream* e obedeceu a determinados critérios de seleção.

Numa fase inicial, é restringida à moeda da União Europeia e apenas empresas cotadas em bolsa na Bolsa de Valores de Lisboa (*Euronext Lisbon*), com sede em Portugal. Esta restrição prende-se com o facto de as práticas de governo societário serem obrigatórias para este tipo de entidade, enquanto nas empresas não cotadas não existe obrigatoriedade na sua divulgação. Estas empresas cotadas estão obrigadas a prestar contas anualmente e a divulgarem os seus relatórios e contas, o que facilita na obtenção de dados para análise.

De seguida, são seleccionadas apenas empresas com dados disponíveis para os anos de 2007 a 2012. Relativamente ao período analisado, este é justificado para que seja possível analisar o efeito anterior e posterior à crise financeira de 2008.

Com a extração de dados, são obtidas informações de empresas de diferentes setores de atividade: energia, materiais básicos, indústria, consumidores cíclicos, financeiro, saúde, tecnologia, serviços de utilidade pública, imobiliária, instituições, associações e organizações e, por fim, atividades do governo.

Destas mesmas empresas, são expurgadas as que pertenciam ao setor financeiro, seguradoras e similares devido à sua regulamentação ser distinta das restantes presentes na amostra. Os clubes de futebol também são retirados, dado que o seu período económico é diferente das outras empresas. Exclui-se também as empresas que contenham o capital próprio negativo, uma vez que o critério de recuperabilidade subjacente ao registo do ativo por impostos diferidos encontra-se ameaçado nestas empresas, conforme o princípio da continuidade indica.

Para cada empresa, são recolhidos dados do ativo, do passivo, do capital próprio, do resultado antes/depois de imposto e dos ativos por impostos diferidos. Acessoriamente, também são recolhidos dados dos rácios de autonomia financeira, de endividamento e o da rendibilidade dos capitais próprios, para cada uma das entidades.

A amostra é constituída por 29 empresas portuguesas cotadas em bolsa, sediadas em Portugal, com ativos por impostos diferidos. Esta, foi sujeita à exclusão de algumas entidades, conforme a tabela 3 seguinte:

Tabela 3 - Empresas excluídas da amostra

<i>Company</i>	<i>Economic Sector Name</i>	<i>Industry Group Name</i>
Sporting Clube de Portugal Futebol SAD	Consumer Cyclical	Hotels & Entertainment Services
Sport Lisboa e Benfica Futebol SAD	Consumer Cyclical	Hotels & Entertainment Services
Banco Comercial Portugues SA	Financials	Banking Services
Banco Espirito Santo SA em Liquidacao	Financials	Banking Services
Caixa Economica Montepio Geral Caixa Economica Bancaria SA	Financials	Banking Services
Banif Banco Internacional do Funchal SA em Liquidacao	Financials	Banking Services
Sociedade Comercial Orey Antunes SA	Financials	Banking Services

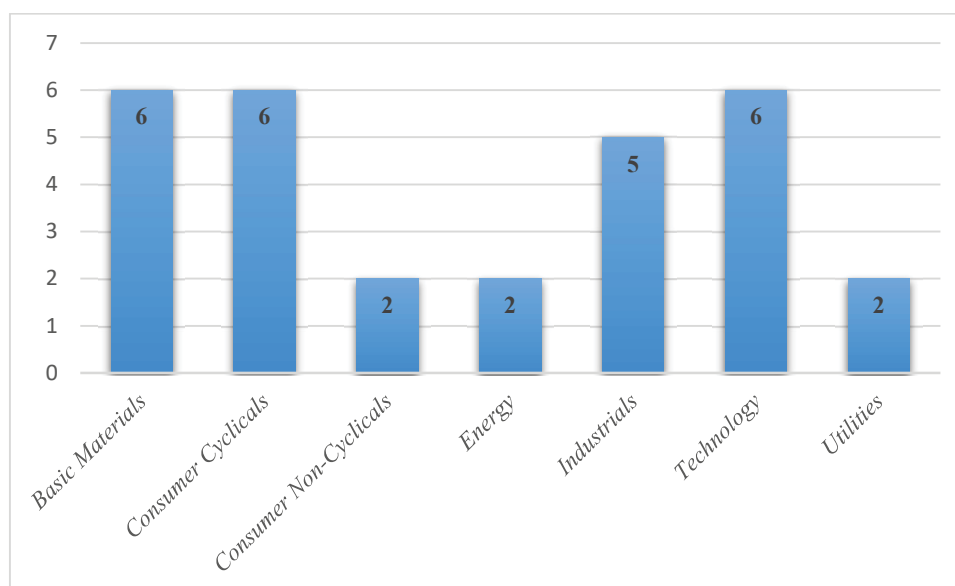
Na tabela seguinte são identificadas as entidades que integram a amostra, indicando-se o respetivo setor e a indústria da atividade:

Tabela 4 - Identificação da amostra

<i>Company Name</i>	<i>Economic Sector Name</i>	<i>Industry Group Name</i>
Toyota Caetano Portugal SA	Consumer Cyclical	Automobiles & Auto Parts
VAA Vista Alegre Atlantis SGPS SA	Consumer Cyclical	Household Goods
Cofina SGPS SA	Consumer Cyclical	Media & Publishing
Ibersol SGPS SA	Consumer Cyclical	Hotels & Entertainment Services
Impresa Sociedade Gestora de Participacoes Sociais SA	Consumer Cyclical	Media & Publishing
Grupo Media Capital SGPS SA	Consumer Cyclical	Media & Publishing
Jerónimo Martins SGPS SA	Consumer Non-Cyclical	Food & Drug Retailing
Sonae SGPS SA	Consumer Non-Cyclical	Food & Drug Retailing
Corticeira Amorim SGPS SA	Basic Materials	Paper & Forest Products
Inapa Investimentos Participacoes e Gestao SA	Basic Materials	Paper & Forest Products
Semapa Sociedade de Investimento e Gestao SGPS SA	Basic Materials	Paper & Forest Products
Navigator Company SA	Basic Materials	Paper & Forest Products
Altri SGPS SA	Basic Materials	Paper & Forest Products
Galp Energia SGPS SA	Energy	Oil & Gas
Martifer SGPS SA	Energy	Renewable Energy
Ramada Investimentos e Industria SA	Basic Materials	Metals & Mining
Reditus Sociedade Gestora de Participacoes Sociais SA	Technology	Software & IT Services
EDP Energias de Portugal SA	Utilities	Electric Utilities & IPPs
NOS SGPS SA	Technology	Telecommunications Services
Pharol SGPS SA	Technology	Telecommunications Services
Novabase SGPS SA	Technology	Software & IT Services
Glintt Global Intelligent Technologies SA	Technology	Software & IT Services
Sonaecom SGPS SA	Technology	Telecommunications Services
Ren Redes Energeticas Nacionais SGPS SA	Utilities	Electric Utilities & IPPs
Mota Engil SGPS SA	Industrials	Construction & Engineering
Conduril Engenharia SA	Industrials	Construction & Engineering
Lisgráfica Impressão e Artes Gráficas SA	Industrials	Professional & Commercial Services
Teixeira Duarte SA	Industrials	Construction & Engineering
CTT Correios de Portugal SA	Industrials	Freight & Logistics Services

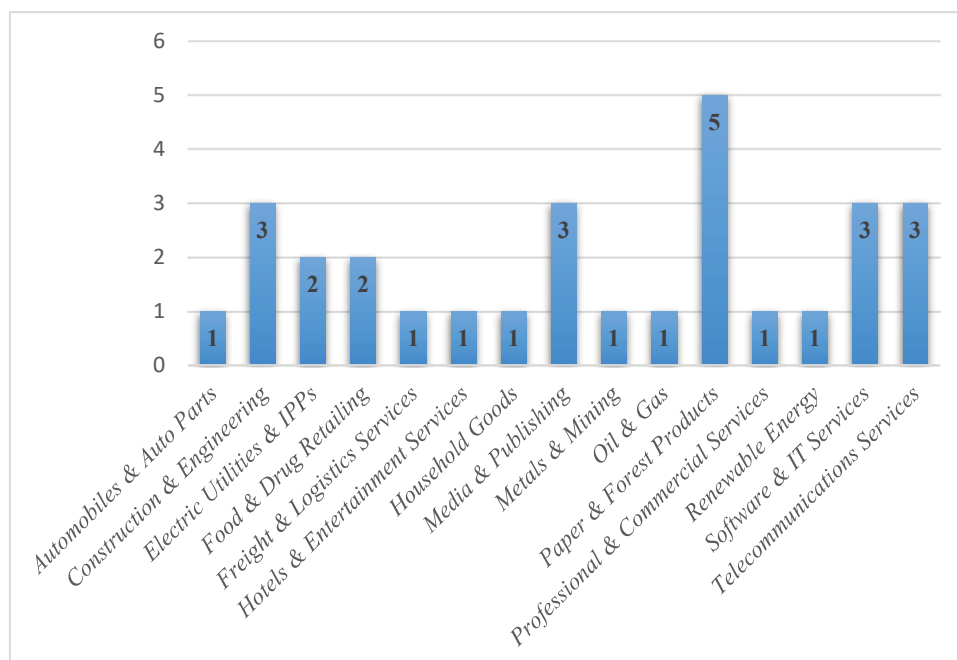
A Figura 1 promove uma análise da amostra por sector económico, em que se denota a prevalência dos sectores: materiais básicos, consumidor não cíclico e tecnológico.

Figura 1 - Estrutura sectorial da amostra



A Figura 2, representa uma análise alternativa à referida anteriormente, em que é possível obter informação sobre a indústria das entidades e compreender qual a que prevalece mais na amostra. Podendo-se, assim, concluir que a amostra possui mais empresas da indústria de produtos de papel e floresta (5 empresas).

Figura 2 - Grupo da indústria



4.2 Análise e discussão de resultados

Neste subcapítulo serão realizados todos os estudos estatísticos complementando com uma breve conclusão dos resultados obtidos. Em primeira instância é demonstrada uma análise descritiva. Posteriormente elabora-se um teste para analisar a correlação entre as variáveis. Seguidamente apresenta-se uma regressão linear múltipla. Por fim, termina-se com a mesma regressão referida anteriormente acrescentando uma variável para analisar o efeito antes/depois crise financeira mundial de 2008.

Na Tabela 5 apresentam-se as estatísticas descritivas relativas às variáveis contabilísticas da amostra retiradas do balanço e da demonstração dos resultados.

Tabela 5 - Estatística descritiva

Variáveis	Média	Mediana	Máximo	Mínimo	Desvio Padrão
AF	0,26391	0,27242	0,60400	-1,44100	0,23673
END	0,73663	0,72758	2,44100	0,39600	0,23715
RCP	0,01945	0,01155	0,35120	-0,02287	0,04038
LNAT	20,69089	20,70429	24,47580	17,33100	1,61127
AID	0,02416	0,01448	0,10130	0,00000	0,02241

Para a elaboração deste estudo é utilizada a ferramenta de cálculo *IMB statics* SPSS versão 2.0. Conforme o procedimento realizado por Vieira (2017), é necessário em primeira instância efetuar um teste quanto à normalidade dos dados para entender se os testes a usar são paramétricos, uma vez que irá ditar a seleção dos testes a serem utilizados no estudo. Para testar a aderência à normalidade das variáveis realiza-se os testes de *Kolmogorov-Smirnov* com a correção de *Lilliefors* e o teste de *Shapiro-Wilk*, conforme se apresenta:

Tabela 6 - Teste de aderência à normalidade

	<i>Kolmogorov-Smirnov</i>			<i>Shapiro-Wilk</i>		
	Estatística	df	<i>p-value</i>	Estatística	df	<i>p-value</i>
AF	0,096	162	0,0010	0,996	162	0,0010
END	0,096	162	0,0010	0,996	162	0,0010
RCP	0,27	162	0,0000	0,437	162	0,0000
LNAT	0,086	162	0,0060	0,961	162	0,0060
AID	0,212	162	0,0000	0,813	162	0,0000

Os resultados apresentados na Tabela 6, demonstram que nenhuma das variáveis segue a distribuição normal, porque o valor o *p-value* é inferior a 0,05 para cada uma das variáveis. Assim, é necessário recorrer a testes não paramétricos para aferir conclusões sobre este estudo.

Tabela 7 - Correlação de *Spearman*

		AF	END	RCP	LNAT	AID
AF	Correlação de <i>Pearson</i>	1,000	-1,000	-0,824	-0,028	-0,259
	Significância		0,000	0,000	0,713	0,001
END	Correlação de <i>Pearson</i>	-1,000	1,000	0,823	0,026	0,258
	Significância	0,000		0,000	0,735	0,001
RCP	Correlação de <i>Pearson</i>	-0,824	0,823	1,000	0,173	0,125
	Significância	0,000	0,000		0,028	0,113
LNAT	Correlação de <i>Pearson</i>	-0,028	0,026	0,173	1,000	0,150
	Significância	0,713	0,735	0,028		0,050
AID	Correlação de <i>Pearson</i>	-0,259	0,258	0,125	0,150	1,000
	Significância	0,001	0,001	0,113	0,050	

A Tabela 7 reforça o mencionado na revisão da literatura, em que os ativos por impostos diferidos possuem uma correlação negativa com o rácio de autonomia financeira. Esta é a mesma conclusão partilhada por Almeida (2013). Semelhante ao referido anteriormente, este justifica o fenómeno pelo facto de empresas que apresentaram maiores dificuldades económicas as que reconheceram mais ativos por impostos diferidos.

Também conforme o expectável proveniente da revisão da literatura, os ativos por impostos diferidos possuem uma correlação positiva com o rácio de endividamento, esta conclusão é referida igualmente no estudo de Salah (2019).

Idêntica conclusão feita por Malic (2015), em que refere uma correlação positiva entre o montante reconhecido em ativos por impostos diferidos e a rendibilidade dos capitais próprios, chegando assim, à mesma conclusão demonstrada na Tabela 7.

Relativamente à dimensão da entidade, é comprovada a correlação positiva com a utilização de ativos por impostos diferidos. Podendo, assim, afirmar que quanto maior for a dimensão, maior será o reconhecimento de ativos por impostos diferidos. Anceles (2012) e Almeida (2013), referem que a dimensão da entidade está correlacionada positivamente com impostos diferidos.

Todas as tendências das correlações corresponderam ao esperado, demonstrado na revisão da literatura, seguindo as mesmas conclusões dos estudos anteriores.

De seguida é efetuado um estudo com intuito de compreender o impacto na variável dependente (ativo por impostos diferidos), quando existem alterações nas variáveis

independentes: rácios de autonomia financeira, endividamento, rendibilidade dos capitais próprios e o logaritmo natural do ativo.

O teste utilizado é o da regressão linear múltipla que descreve de maneira razoável relaoes entre as várias variáveis explicativas. Como estamos perante um modelo em que são analisadas duas ou mais variáveis, é utilizada a regressão linear múltipla ou método dos mínimos quadrados múltiplo.

A decisão de utilizar este teste teve por base o estudo de Costa (2018), no qual foi utilizado este procedimento com o intuito de avaliar a influência existente entre o governo das sociedades e a manipulao de resultados.

Como a amostra é composta por dados em painel, que possui diversas entidades com 6 observaoes anuais, estamos perante uma regressão em painel. Para este efeito,  necessário recorrer ao software “Stata”, versão 16.

Numa primeira instância,  recorrido ao teste de *Hausman* para decidir se o modelo é composto por efeitos aleatórios (H_0) ou por modelos fixos (H_1).

Obtendo um valor de $H = 16,65$, com valor $p = \text{prob}(\text{qui-quadrado}(4) > 16,65) = 0,0023$, em que um valor p baixo contraria a hipótese nula de que o modelo de efeitos aleatórios é consistente, validando a hipótese alternativa referente à existência do modelo de efeitos fixos.

Como a base de dados é composta por diferentes tipos de setores para cada empresa, é utilizada a identificao como *cluster*. A análise estatística de *cluster*  uma técnica estatística para agrupar os dados em grupos, de forma que os dados dentro do mesmo *cluster* sejam idênticos entre si.

Recorrendo, assim, a uma regressão linear, com dados em painel, utilizando o ano como dimensão de tempo, com efeitos fixos por *cluster*, identificando o tipo de empresa, obtm-se os seguintes resultados:

Tabela 8 - Regressão linear

AID	Coef.	t	Sig
AF	-0,315204	-2,99	0,006
END	-0,316773	-2,64	0,014
RCP	-0,000479	-3,62	0,001
LNAT	-0,014980	-3,48	0,002

Através da Tabela 8 é possível concluir que todas as variáveis possuem um poder explicativo a nível da significância, sendo o endividamento a variável com maior destaque, obtendo um valor de coeficiente superior.

Destaca-se novamente a correlação negativa entre o rácio da autonomia financeira e o reconhecimento de ativos por impostos diferidos seguindo a mesma conclusão obtida por Fonseca (2011). Esta refere que o reconhecimento de ativos por impostos diferidos tem impacto positivo na estrutura financeira, melhorando a capacidade de a empresa solver compromissos, ou seja, a capacidade das empresas financiarem o seu ativo através de capitais próprios.

Em relação à variável endividamento, esta apresenta com uma correlação negativa quando conjugada com o efeito das outras variáveis, chegando à mesma conclusão de que Almeida (2013), que menciona que é uma situação que contraria as expectativas. Por exemplo, Rojas (2010), utilizando o mercado de capitais espanhol, concluiu que as empresas com endividamento mais alto e menor liquidez apresentam maior tendência para o reconhecimento de ativos por impostos diferidos.

No que concerne à rendibilidade dos capitais próprios, o seu coeficiente apresenta-se com valor negativo. Esta conclusão contraria o estudo de Malic (2015), mas vai ao encontro com a afirmação por parte de Konbrauar (2011), que refere que as empresas tendencialmente reconhecem mais ativos por impostos diferidos quando a rendibilidade do capitais próprios é menor.

Sobre os resultados obtidos acerca da dimensão das entidades possuírem uma correlação positiva com o reconhecimento de ativos por impostos diferidos, os resultados obtidos contrariam as expectativas iniciais, com base em estudos de outros autores. No entanto, os resultados deste estudo seguem os alcançados por Schuh (2016), obtendo-se uma correlação negativa de igual forma, em que se conclui que as empresas de menor dimensão são mais propensas a reconhecer um maior valor de ativo por imposto diferido. Contrariamente ao que se concluiu na literatura com já referido, como por exemplo nos estudos de Anceles (2012) e Almeida (2013), em que o fator dimensão da entidade é uma das variáveis explicativas do poder de reconhecimento de ativos por impostos diferidos, neste estudo não se encontra essa relação no período estudado. Tal pode dever-se ao fator dimensão no caso português não ser diretamente comparável com a dimensão média de outros países e pelo facto de muitos estudos possuírem base de dados com empresas não cotadas em bolsa.

Com o intuito de aferir conclusões sobre o impacto da crise de 2008 no reconhecimento de ativos por impostos diferidos, é acrescido ao modelo anterior uma variável dicotômica.

O período compreendido entre 2007 a 2008 é atribuído o valor de (0), classificando-se assim como o intervalo temporal anterior à crise. Para o período de 2009 a 2012 é designado como o intervalo posterior à crise financeira, sendo atribuído o valor (1).

Esta nova variável, que distingue os períodos das observações mediante a crise financeira é denominada de “CEFFECT”.

Os resultados da regressão com a nova variável dicotômica são os seguintes:

Tabela 9 - Regressão linear com variável dicotômica

AID	Coef.	t	Sig.
AF	-0,315204	-2,99	0,006
END	-0,316773	-2,64	0,014
RCP	-0,000479	-3,62	0,001
LNAT	-0,014980	-3,48	0,002
CEFFECT	0,001685	0,60	0,551

Com a introdução da nova variável conforme refletido na Tabela 9, o resultado do teste estatístico é inconclusivo. Não existe evidência estatística de alterações da utilização de imposto diferido entre o momento pré-crise e pós-crise, tendo como referência 2007 a 2008, muito provavelmente influenciada pela dimensão da amostra ser reduzida, atendendo ao número de empresas cotadas na bolsa em Portugal.

CAPÍTULO V – CONCLUSÕES

O estudo apresentado visa consolidar a literatura existente referente à atribuição de ativos por impostos diferidos e compreender o seu contributo para uma manipulação de resultados de empresas cotadas na bolsa sediadas em Portugal, conjugando com o seu impacto na crise financeira mundial em 2008.

Esta temática da manipulação de resultados através de impostos diferidos já foi estudada por diversos autores em Portugal mas a maioria desses estudos foram elaborados com empresas não cotadas em bolsa e utilizando passivos por impostos diferidos.

Com este trabalho, verifica-se que existem diversos estudos que apontam no sentido de existir uma correlação positiva entre a manipulação de resultados e o reconhecimento dos ativos por impostos diferidos, também se compreende de que forma o reconhecimento de ativos por impostos diferidos poderia modificar as demonstrações financeiras e os rácios financeiros e económicos através da discricionariedade das normas contabilísticas.

Para a realização do estudo empírico é utilizada uma amostragem estatística que, após algumas exclusões, resultou em 29 empresas cotadas em bolsa, com sede em Portugal, para o período entre 2007 a 2012, período este que Portugal é fortemente afetado por uma crise mundial.

Este estudo é pertinente porque correlaciona a manipulação de resultados com o reconhecimento de ativos por impostos diferidos direcionando, assim, para a realidade do tecido português.

Através dos testes estatísticos é possível concluir que os ativos por impostos diferidos possuem uma relação negativa com o rácio de autonomia financeira. Este fenómeno é justificado pelo facto das empresas que apresentam maiores dificuldades económicas reconhecerem mais ativos por impostos diferidos.

Os ativos por impostos diferidos apresentam uma correlação positiva com o rácio de endividamento e com o rácio de rendibilidade dos capitais próprios.

No que concerne à dimensão da entidade, é comprovada a correlação positiva com a utilização de ativos por impostos diferidos. Podendo, assim, afirmar que quanto maior for a dimensão, maior será o reconhecimento de ativos por impostos diferidos.

Através da regressão linear múltipla é possível aferir que todas as variáveis possuem um poder explicativo a nível da significância, sendo o endividamento a variável com maior destaque, obtendo um valor de coeficiente superior.

É comprovada novamente a existência de uma correlação negativa entre o rácio da autonomia financeira e o reconhecimento de ativos por impostos diferidos seguindo a mesma conclusão obtida por Fonseca (2011), em que refere que o reconhecimento de ativos por impostos diferidos tem impacto positivo na estrutura financeira, melhorando a capacidade de a empresa solver compromissos, ou seja, a capacidade das empresas financiarem o seu ativo através de capitais próprios.

Em relação à variável endividamento, esta apresenta uma correlação negativa quando conjugada com o efeito das outras variáveis podendo-se, assim, afirmar que as empresas com maior endividamento e menor liquidez apresentaram maior tendência para o reconhecimento de ativos por impostos diferidos, para esta amostragem e para o período definido em estudo.

No que concerne à rendibilidade dos capitais próprios, o seu coeficiente apresenta valor negativo, chegando à conclusão de que as empresas tendencialmente reconhecem mais ativos por impostos diferidos quando a rendibilidade do capitais próprios é menor.

Contrariamente às expetativas com base na revisão da literatura, é concluído que empresas com menor dimensão são mais propensas a reconhecer um maior valor de ativo por imposto diferido. Tal pode dever-se ao fator dimensão no caso português não ser diretamente comparável com a dimensão média de outros países e pelo facto de muitos estudos possuírem base de dados com empresas não cotadas em bolsa.

Sobre a última análise, sendo esta referente ao impacto da crise financeira sobre o reconhecimento de ativos por impostos diferidos, não existe evidência estatística de alterações da utilização de imposto diferido entre o momento pré-crise e pós-crise, tendo como referência 2007 a 2008, muito provavelmente influenciada pela dimensão da amostra ser reduzida, atendendo ao número de empresas cotadas na bolsa em Portugal.

Portugal é um país de pequena dimensão, possuindo um número reduzido de empresas cotadas em bolsa, tendo sido uma limitação neste estudo, uma vez que os resultados não podem ser extrapolados para outros países.

Uma outra limitação detetada consistiu em quantificar o montante de ativo por imposto reconhecido porque este poderá estar influenciado por prejuízos fiscais dedutíveis, não sendo constante para uma análise homóloga. De acordo com a NCRF 25, deve ser reconhecido um ativo por imposto diferido relativamente a prejuízos fiscais que possam ser deduzidos a lucros futuros, quando for previsível que venham a ser obtidos lucros tributáveis que permitam a dedução desse prejuízo ou diferenças temporárias que permitam a utilização dos referidos prejuízos fiscais.

Talvez as limitações encontradas neste estudo sejam um incentivo para a realização de um novo trabalho abordando esta temática, sendo este tema pertinente em que coloca em causa a transparência e a fiabilidade das demonstrações financeiras apresentadas pelas empresas.

Atendendo ao facto de Portugal ser um país com poucas empresas cotadas em bolsa, seria interessante poder replicar este estudo em um contexto Ibérico (acrescentando Espanha à amostra de Portugal). Outra sugestão seria analisar os impostos diferidos através de outro prisma, procurando responder à questão: “Quanto dinheiro perde o Estado Português com reconhecimento de impostos diferidos?”

Em Portugal, ainda falta aprofundar muito esta temática, talvez pelo facto de registar poucas empresas cotadas em bolsa. Os indicadores económicos e financeiros poderão não corresponder com a realidade, podendo distorcer a opinião dos utilizadores das demonstrações financeiras. Serve esta dissertação para alertar os portugueses para esta realidade.

REFERÊNCIAS

- Almeida, J. L. N. (2013). Impostos Diferidos como Instrumento de Manipulação das Demonstrações Financeiras. Dissertação de mestrado. Faculdade de Economia da Universidade de Porto.
- Amat, O., Perramon J. & Oliveras, E. (2003). *Earnings Management in Spain. Some Evidence from Companies Quoted in the Spanish Stock Exchange.*
- Anceles, E. (2012). Fatores explicativos por impostos recuperáveis, diferidos e litigiosos. Um estudo em empresas do ramo agronegócios. São Leopoldo: Universidade do Vale do Rio dos Sinos.
- Beneish, M. D. (1999). *The detection of earnings manipulation. Association for investment management and research.*
- Carmo, C. M. R. (2013). Custo do Financiamento Bancário e Qualidade da Informação Financeira – Estudos para Empresas Sem Valores Cotados em Bolsa. Tese de Doutoramento. Universidade de Aveiro.
- Cimini, Riccardo (2015). *How has the financial crisis affected earnings management? A European study. Department of Business, Government and Philosophy studies. University for 'Tor Vergata', Rome, Italy.*
- Costa, A. S. A. (2018). O impacto do Governo das Sociedades na Manipulação de Resultados em Portugal. Tese de mestrado no Instituto Politécnico de Leiria.
- Fernando, E., Meiryani, Hendratno, S. P., Dewiyanti S. & Yanny, V. (2021). *The Effect of Deferred Tax Expenses on Earning Management in Banking Companies, Nusantara University, Jakarta, Indonésia.*
- Fonseca, A. (2011). O impacto do reconhecimento de impostos diferidos nas demonstrações financeiras de empresas não cotadas – Estudo de caso de 10 empresas do gabinete de contabilidade – Audifirb, Lda.
- Gordon, E. A. & Joos, P. R. (2004). *Unrecognized deferred taxes: Evidence from the U.K. The Accounting Review.*
- Healy, P. M. & Wahlen, J. M. (1999). *A review of the earnings management literature and its implications for standard setting. Accounting Horizons.*
- Holland, K. & Jackson, R. H. G. (2004). *Earnings management and deferred tax. Accounting and Business Research.*
- Jensen, M. C. & Meckling, W. H. (1976). *Theory of the firm: Managerial behavior, agency costs and ownership structure. Journal of Financial Economics.*
- Kasipillai, J. & Mahenthiran, S. (2013). *Deferred taxes, earnings management and corporate governance: Malaysian evidence. Journal of Contemporary Accounting and Economics.*
- Kronbauer, C. A., Anceles, E. & Pacheco, R., J. (2011). Fatores explicativos do reconhecimento de ativos fiscais correntes, diferidos e litigiosos: um estudo em empresas pertencentes ao ramo agronegócios. XVIII Congresso Brasileiro de Custos – Rio de Janeiro.
- Kumar, K. R., & Visvanathan, G. (2003). *The Information Content of the Deferred Tax Valuation Allowance. Accounting Review.*

- Malic, N. (2015). O reconhecimento de impostos diferidos nas sociedades cotadas na Euronext Lisboa. Departamento de Contabilidade. Instituto Universitário de Lisboa.
- Marques, M. & Rodrigues, L. (2009). A Problemática do “*earnings management*” e as suas Implicações. *Jornal de Contabilidade da APOTEC*, n.º 391.
- Moreira, J. A. C. (2008). A manipulação dos resultados das empresas: Um contributo para o estudo do caso português. *Jornal de Contabilidade da APOTEC*, n.º 373 e n.º 374.
- Rodrigues, J. (2016). Sistema de Normalização Contabilística SNC explicado (6ª Edição): Porto Editora.
- Ronen, J., & Yaari, V. (2008). *Earnings Management Emerging Insights in Theory, Practice, and Research*. Springer.
- Rojas, J., Herrera, D., Kronbauer, C. L.; & Souza, M. A. (2010). “*La Activación de las Diferencias Temporales Positivas en Empresas Cotizadas Españolas: un Estudio Empírico*”. *Revista Contabilidade, Gestão e Governança*, Jan/Abr 2010. Brasília.
- Roychowdhury, S. (2006). *Earnings Management through real activities manipulation*. *Journal of Accounting and Economics*, Vol. 42.
- Salah, W. (2019). *Does deferred tax mediate the relationship between tax planning and earnings management? Lecture of Accounting, Accounting Department, Faculty of Business Administration, Economics & Political Sciences, The British University in Egypt, Cairo*.
- Santos, A. R. S. (2016). A Contabilização dos impostos diferidos e a manipulação dos resultados em empresas portuguesas sem valores cotados em bolsa. Dissertação de mestrado. Universidade de Aveiro.
- Schipper, K. (1989). *Commentary on earnings management*. *Accounting Horizons*.
- Stolowy, H., & Breton, G. (2004). *Accounts manipulation: A literature review and proposed conceptual framework*. *Review of Accounting and Finance*.
- Schuh, C., Ribeiro, S. P., & Kronbauer, C. A. (2016). Fatores explicativos do reconhecimento de ativos fiscais diferidos. Associação Nacional de Programas de Pós-Graduação em Ciências Contábeis.
- Sweeney, A. P. (1994). *Debt-covenant violations and managers' accounting responses*. *Journal of Accounting and Economics*.
- Tarigan, L. Y. P. (2019). *Deferred tax expenses as earnings management indicator*. *Journal of Accounting and Management Innovation*, Vol.3 N. °2. Universitas Pelita Harapan.
- Vieira, A. M. V. (2017). A Manipulação dos resultados através dos Impostos Diferidos – Estudo para empresas com valores cotados. Dissertação de mestrado. Universidade de Aveiro.
- Wang, Y., Butterfield, S., & Campbell M. (2016). *Deferred Tax Items as Earnings Management Indicators*, Accounting Department, College of Business. Montana State University-Billings, USA.
- Watts, R. L., & Zimmerman, J. (1978). *Towards a positive theory of the determination of accounting Standards*. *Accounting Review*.

UNIVERSIDADE DOS AÇORES
Faculdade de Economia e Gestão

Rua da Mãe de Deus
9500-321 Ponta Delgada
Açores, Portugal



DM

Impostos diferidos: Uma ferramenta de manipulação de resultados?

Alexandre Miguel Mdeiros Moniz